A lição de PISA (2001)

Simon Schwartzman

Os resultados do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, PISA – lanterninha entre trinta e oito países, logo abaixo do México – não chegam a surpreender, mas ajudam a recolocar na pauta a questão da péssima qualidade de nossa educação. Os detalhes desta história já eram conhecidos, e estão analisados de forma pormenorizada no relatório do Sistema de Avaliação da Educação Básica para 1999, feito e publicado pelo INEP. Em Português, na 4ª série da educação fundamental, todos os Estados brasileiros se encontram, na média, no nível inicial da aprendizagem, que vai de 150 a duzentos pontos, e no qual os estudantes são capazes de "leitura com compreensão localizada de textos pequenos, com frases curtas em ordem direta, vocabulário e temática próximas da realidade do aluno." Nesta escala, as médias dos Estados do Sudeste e Sul se aproximam dos 180; e a dos Estados do Nordeste estão abaixo de 160 (a média brasileira é 170).

Isto significa que quase metade dos estudantes da 4ª série do Nordeste, e uma boa parte dos estudantes do Centro-Sul, estão abaixo deste nível mínimo. Ou seja, são analfabetos funcionais. Pior: entre 1997 e 1999, a média nacional parece ter diminuído, especialmente em Minas Gerais, que já teve o nível mais alto do país. Ninguém sabe exatamente o que ocorreu – a queda pode ter sido pode sido uma diferença do próprio teste, a má implementação da política de combate à repetência, ou quem sabe um certo desânimo nacional que tomou conta de nossas escolas. Em breve saberemos o que nos dirá o SAEB de 2001.

O que pode ser feito? As respostas usuais, já conhecemos: investir mais em educação, pagar melhor aos professores. Mas nosso problema mais sério não é que gastemos pouco, ou que nossos professores ganhem mal: o problema mais

sério é que o ensino continua ruim mesmo quando gastamos mais, e os professores são bem formados. Os dados mostram que não gastamos tão pouco assim, e o nível dos professores vem melhorando. Segundo a OECD, o Brasil já gasta cerca de 17% dos recursos públicos em educação, em comparação com 13 a 14% para o Canadá e França, e 16% para o Chile. Pode ser que estes dados estejam superestimados, mas eles mostram que dificilmente poderíamos mudar o patamar de gastos sem um crescimento significativo da economia. Em relação aos professores, 30% dos que ensinam até a quarta série, e 40 a 50% nas regiões Sudeste e Sul, têm nível superior, e ganham salários compatíveis com este nível para o mercado brasileiro. É certo que a situação de uma escola no Estado de São Paulo ou Rio Grande do Sul é muito melhor do que a de uma escola no interior da Bahia ou do Maranhão. Mas nem por isto a educação recebida pelas crianças em São Paulo é tão melhor assim. E isto que estamos falando somente da educação mais elementar. A situação do ensino médio, com a quase totalidade dos alunos em cursos noturnos seguindo currículos obsoletos, é ainda mais séria. Para dar um exemplo extremo, o desempenho dos alunos da 3ª série do ensino médio em Português em São Paulo despencou de 305 para 267 entre 1997 e 1999 (a média brasileira caiu de 290 para 266 no mesmo período).

Tanto o Governo Federal quanto vários governos estaduais têm tratado de enfrentar este problema com uma série de programas de estilo e custos variados. No nível federal, a lista de projetos inclui, além dos sistemas de avaliação como o SAEB e o ENEM, o Programa Nacional do Livro Didático, de distribuição de livros; o Projeto Fundescola, de obras e equipamentos para as regiões mais pobres; o Programa Nacional de Biblioteca na Escola; o ProInfo, de introdução de tecnologias de informação nas escolas; a TV Escola; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio; o Programa de Aceleração de Aprendizagem; o Programa Dinheiro Direto na Escola; e o novo programa bolsa-escola. Seria absurdo e injusto concluir que, como a educação não está melhorando,

estes programas são inúteis, e deveriam ser abandonados. Em muitos casos, eles têm um longo tempo de maturação, e são dirigidos por equipes competentes e dedicadas. Mas é ingênuo também acreditar que eles vão cumprir tudo aquilo que foi prometido e pensado no momento em que eles foram lançados.

O fato é que não existe receita mágica para os problemas da educação fundamental. Dez anos atrás, sabíamos pouco do que estava acontecendo, e todos diziam que era preciso construir escolas, educar melhor os professores e acabar com a evasão. Hoje, graças sobretudo ao trabalho do INEP, já temos excelentes dados, quase todas as crianças já estão na escola, os professores se graduam nas universidades. Agora descobrimos que as crianças não aprendem, e tratamos de estabelecer programas os mais variados para corrigir os problemas que vamos encontrando. Mas ainda não aprendemos a avaliar os programas que existem, conhecemos pouco das experiências de outros países, assim como dos bons exemplos que existem em nosso meio. Falta uma cultura moderna e atualizada de estudos e pesquisas educacionais, que possa ir dando respostas e apontando caminhos nesta grande jornada que temos pela frente.